

ESPAÇOS ENTRE MULHERES NA LUTA CAMPESINA LATINOAMERICANA

Renata Rodrigues Marques¹

Amanda Krein Antonette²

Resumo: Esta pesquisa aborda as maneiras pelas quais as mulheres trabalhadoras rurais latino-americanas se estabelecem como sujeitos de luta, promovendo práticas de empoderamento e luta política, e questionando a invisibilidade do trabalho das mulheres (produtivo e reprodutivo). A partir disto, busca-se compreender de que forma espaços entre mulheres impulsionam a construção dos sujeitos de luta femininos, reconhecendo elementos comuns entre as lutas de mulheres trabalhadoras rurais. Na América Latina, a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe (Rede LAC) atua como ponte de diálogo das lutas de mulheres campesinas, tornando visíveis os elementos compartilhados entre lutas singulares. Na compreensão de que a América Latina é socioeconômica e culturalmente heterogênea, utiliza-se também a experiência brasileira, da Marcha das Margaridas, como um exemplo. O artigo abordará em um primeiro momento os conceitos de sujeito de luta e de espaço entre mulheres, bem como as formas como mulheres trabalhadoras rurais se constroem enquanto sujeitos de luta. Na segunda seção o enfoque será nas experiências desenvolvidas no espaço da Rede LAC, e em seguida, na Marcha das Margaridas. Finaliza-se abordando os horizontes interiores e alcances práticos destas lutas.

Palavras-chave: Luta Campesina; Trabalhadoras Rurais; América Latina; Rede LAC; Marcha das Margaridas.

ESPACIOS ENTRE MUJERES EN LA LUCHA CAMPESINA LATINOAMERICANA

Resumen: Esta investigación aborda las maneras por las cuales las mujeres trabajadoras rurales latinoamericanas se establecen como sujetos de lucha, promoviendo prácticas de empoderamiento y lucha política, y cuestionando la invisibilidad del trabajo de las mujeres (productivo y reproductivo). Se busca comprender de qué forma los espacios entre mujeres impulsan la construcción de los sujetos de lucha femenina, reconociendo los elementos comunes entre las luchas de trabajadoras rurales. En América Latina, la Red de Mujeres Trabajadoras Rurales de América Latina y el Caribe (Red LAC) actúa como puente de diálogo de las luchas de mujeres campesinas, haciendo visibles los elementos compartidos entre luchas singulares. En la comprensión de que América Latina es socio-económica y culturalmente heterogénea, se utiliza también la experiencia brasileña, de la *Marcha das Margaridas*, como un ejemplo representativo. El artículo abordará, en un primer momento los conceptos de sujeto de lucha y de espacio entre mujeres, así como las maneras como mujeres trabajadoras rurales se construyen en cuanto sujetos de lucha. En la segunda sección la atención se centrará en las experiencias desarrolladas en el espacio de la Red LAC, y luego en la *Marcha das Margaridas*. Se finaliza abordando los horizontes interiores y alcances práticos de estas luchas.

Palabras claves: Lucha Campesina; Trabajadoras Rurales; América Latina; Red LAC; Marcha de las Margaritas.

¹ Atualmente é graduanda da Universidade Federal de Santa Maria. Educadora no projeto de Educação Popular Alternativa Pré-Universitário. Tem interesse de pesquisa nas temáticas de Teoria das Relações Internacionais, Direitos Internacional dos Direitos Humanos, Teoria Feminista e Decolonial. Email: rodriguesmarquesrenata@gmail.com.

² Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, Bilaterais e Multilaterais, bem como em Direito Internacional. Membro do Grupo de Estudos e Extensão Universidade das Mulheres (GEEUM@). Educadora Popular no Pré-Universitário Popular Alternativa. Email: amandakrein@hotmail.com.

SPACES AMONG WOMEN IN THE PEASANT MOVEMENTS IN LATIN AMERICA

Abstract: This research addresses the ways in which rural women workers in Latin America establish themselves as subjects of struggle, promoting practices of empowerment and political struggle, and questions the invisibility of women's work (productive and reproductive). It seeks to understand how spaces among women promote the construction of women as people involved in the political struggle, recognizing the common elements among the struggles of rural women workers. In Latin America, the Network of Rural Women in Latin America and the Caribbean (Red LAC) acts as a bridge for dialogue between women farmers, making the elements shared between singular fights visible. By understanding that Latin America is socio-economically and culturally heterogeneous, the Brazilian experience of *Marcha das Margaridas* is also used as a representative example. The article will first address the concepts of subjects of struggle and spaces among women, as well as the ways in which rural women workers are built as subjects of struggle. In the second section it focus on the development of Red LAC space, and then on *Marcha das Margaridas*. The article ends with an approach to the inner horizons and practical scope of these struggles.

Keywords: Peasant struggle; Rural Working Women; Latin America; Red LAC; *Marcha das Margaridas*.

Introdução

O processo de exploração da terra e do trabalho é um fenômeno internacional que atingiu seu ápice na efetivação dos sistemas de colonização da América e da África, e elaborou, concomitantemente, hierarquias sexuais e raciais nas colônias. Mudanças produzidas com a chegada do capitalismo, como a posição social das mulheres, foram impostas com o objetivo de estabelecer novas formas de disciplina e divisão da força de trabalho (FEDERICI, 2004). Diante disso, as lutas das mulheres se manifestam na América Latina com a característica de oposição aos movimentos hegemônicos, denunciando as relações intrinsecamente marcadas pela violência que se estabelecem através da colonialidade, do patriarcado e do capitalismo (GUTIÉRREZ, SOSA e REYES, 2017). Silvia Federici (2013) retrata a relevância das relações das mulheres com a terra ao afirmar que: *“hoje, com a perspectiva de um novo processo de acumulação primitiva, as mulheres representam a principal força de oposição no processo de mercantilização total da natureza. As mulheres são as agricultoras de subsistência do planeta”* (FEDERICI, 2013, p. 248)³.

Nesse sentido, parte-se do questionamento sobre o que caracteriza as mulheres trabalhadoras rurais latino-americanas como sujeitos de luta⁴ e pretende-se entender de que maneira a Rede LAC e a *Marcha das Margaridas* se enquadram como experiências representativas de espaços entre mulheres para a construção dos sujeitos de luta das lutas de

³ Tradução livre. No original: *“hoy en día, con la perspectiva de un nuevo proceso de acumulación primitiva, las mujeres suponen la fuerza de oposición principal en el proceso de mercantilización total de la naturaleza. Las mujeres son las agricultoras de subsistencia del planeta”* (FEDERICI, 2013, p. 248).

⁴ No original, em espanhol, Raquel Gutiérrez utiliza o conceito de *sujetos de lucha*. Entendendo que a língua portuguesa mantém o significado do conceito, decidiu-se utilizar neste artigo a tradução para o português sujeitos de luta.

mulheres campesinas latino-americanas. Raquel Gutiérrez (2013) propõe utilizar a luta como chave interpretativa, compreendendo as lutas a partir de si mesmas e, assim, entender a construção dos sujeitos da luta não como algo anterior à elas, mas como resultado das dinâmicas que se desdobram das lutas; os sujeitos de luta são constituídos pelas lutas, bem como moldados por elas de distintas formas e, portanto, só podem ser compreendidos a partir destas mesmas lutas, particulares entre si, e que as diferenciam umas das outras (GUTIÉRREZ, 2013).

O mesmo vale para os alcances práticos da luta e seus horizontes interiores, conceito desenvolvido por Gutiérrez (2013) como *“aquele conjunto de aspirações e anseios, nem sempre logicamente coerentes entre si, que encorajam uma luta coletiva em um momento particular da história e se expressam através dela”* (GUTIÉRREZ, 2013, p. 11)⁵. É somente a partir do desdobramento da luta que os caminhos a serem percorridos são esclarecidos, e se desenvolvem e consolidam os objetivos e aspectos centrais desse horizonte buscado. Os conceitos de horizontes interiores e alcances práticos são utilizados como uma forma de compreender as lutas, através da identificação de elementos comuns entre as lutas de trabalhadoras rurais e pontes de diálogos entre estas lutas na América Latina. Pretende-se, assim, abordar tanto as contradições - como unidade e heterogeneidade - existentes entre estas lutas, como os múltiplos níveis em que essas lutas podem ocorrer: as ordens locais e internacionais se retroalimentam, para que a partir disso realize-se o movimento dialético onde a *“sistemática de destotalização do que há e reconstrução parcial de realidades novas, que serão permanentemente destotalizadas em uma espécie de caminho sem fim”*⁶ (GUTIÉRREZ, 2013, p. 08).

Os horizontes interiores devem ser entendidos a partir de uma luta ou conjunto de lutas. Por serem desenhados a partir dos fluxos destas, dependem de um entendimento tanto de seus feitos, em circunstâncias históricas específicas, quanto das novidades políticas que se estabelecem no transcorrer das lutas em que estão inseridos. As lutas ampliam seus horizontes interiores com frequência, devido ao seu constante processo de recriação e seu enfoque na transformação política (GUTIÉRREZ, 2013). Entretanto, para que o potencial transformador das lutas possa ser compreendido, é significativo encontrar elementos comuns entre os

⁵ Tradução Livre. No original: *“aquele conjunto de aspiraciones y anhelos, no siempre lógicamente coherentes entre sí, que animan el despliegue de una lucha colectiva en un momento particular de la historia y se expresan a través de ella”* (GUTIÉRREZ, 2013, p. 11).

⁶ Tradução livre. No original: *“sistemática destotalización de lo que hay y en la reconstrucción parcial de realidades nuevas que serán permanentemente destotalizadas en una especie de camino sin fin”* (GUTIÉRREZ, 2013, p. 08).

horizontes interiores e experiências de lutas singulares, permitindo o estabelecimento de diálogos entre lutas distintas.

Segundo Gutiérrez, Sosa e Reyes (2018), “*o entre mulheres é a prática de relacionamento entre nós [mulheres] que em sua permanência constrói uma ordem simbólica*”⁷ (GUTIÉRREZ; SOSA; REYES, 2018, p. 8). É uma prática cotidiana e política de criar vínculos entre mulheres, desafiando a mediação patriarcal. Assim, espaços entre mulheres subvertem essa lógica patriarcal, e reconhecem que espaços mistos, mesmo que pretendidos como entre “iguais”, são estruturados por e mantêm hierarquias de gênero, em um processo de retroalimentação. Dessa maneira, surge uma necessidade de que as mulheres construam espaços para se reafirmarem enquanto pessoas que vivenciam uma condição específica de ser mulher, e para desenvolverem questões e demandas específicas⁸, que advêm de uma realidade e das experiências que só nós vivenciamos.

Assim, utilizando-se a abordagem hipotético-dedutiva, parte-se da hipótese de que as mulheres trabalhadoras rurais se estabelecem como sujeitos de luta através da promoção de práticas de empoderamento e luta política, questionando a invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. Na América Latina, a Rede LAC atua como ponte de diálogo entre as distintas lutas de mulheres camponesas, tornando visíveis os elementos compartilhados entre estas lutas singulares. No entanto, uma vez que a América Latina é sócio-econômica e culturalmente heterogênea, utiliza-se a experiência brasileira, da Marcha das Margaridas, como um exemplo representativo para se entender como espaços entre mulheres têm um papel significativo na construção dos sujeitos de luta femininos. A partir disto, entende-se que a Marcha das Margaridas, como um espaço entre mulheres dentro de uma luta camponesa maior - que se constitui em um espaço misto -, contribui na formação dos sujeitos de luta femininos na medida em que proporciona um espaço para identificação coletiva e revalorização das experiências e vivências das mulheres pertencentes a esta luta.

Portanto, o objetivo do presente trabalho é compreender de que maneira se dá a construção dos sujeitos de luta femininos na América Latina, através de espaços entre mulheres, reconhecendo elementos comuns entre as diversas lutas de mulheres trabalhadoras rurais na América Latina. Ao reconhecer a existência de níveis plurais - locais, regionais, nacionais e mais além destes (GUTIÉRREZ, 2013, p. 5) - permite-se assumir que as lutas não podem ser compreendidas apenas da centralidade do Estado, ou por uma lógica meramente

⁷ Tradução livre. No original: “*el entre mujeres es la práctica de la relación entre nosotras que en su permanencia construye orden simbólico*” (GUTIÉRREZ, SOSA e REYES, p. 8).

⁸ É parte da práxis das lutas camponesas categorizar suas reivindicações ou temáticas em “questões gerais” e “questões específicas”, as últimas são normalmente de grupos interseccionais a categoria geral “camponesino”. (SILVA, 2008, p. 118).

resumida à Estado versus sociedade (GUTIÉRREZ, 2013, p. 9). Para isto, utiliza-se de pesquisa bibliográfica e documental - documentos produzidos no âmbito da Marcha das Margaridas e da Rede LAC.

1. Trabalhadoras rurais como sujeitos de luta na América Latina e no Brasil

Os feminismos latino-americanos caracterizam-se por uma heterogeneidade de pertencimentos e lutas singulares e, portanto, por reconhecerem a complexidade da vida das mulheres e a interseccionalidade de fatores que transcendem o gênero, como raça e classe, para a compreensão das diferentes realidades (GUTIÉRREZ, SOSA e REYES, 2017). Durante a construção de suas trajetórias de lutas pelos direitos políticos coletivos, as mulheres que têm suas experiências focalizadas no âmbito rural se autodenominam trabalhadoras rurais:

Trabalhadora rural é a mulher que faz o trabalho da terra, planta, colhe e faz as tarefas domésticas. No início, era esse entendimento mais restrito: era só quem trabalhava na terra. Hoje, a gente já abriu para indígena, para a artesã, para a parteira, para a professora. Elas decidiram que quem faz esses trabalhos no campo é uma mulher rural (ALMEIDA e PRIETO, 2007, p. 24).

Neste sentido, elas relacionam-se às lutas feministas na América Latina, uma vez que estão presentes como base para as demandas de reconhecimento das mulheres como sujeitos políticos (GOMES DA SILVA, 2008, p. 47). E da mesma forma, a expansão das lutas feministas na América Latina impulsiona as lutas pelo reconhecimento das mulheres como trabalhadoras rurais, revelando as desigualdades de gênero que ocorrem em instâncias como as políticas públicas voltadas à população rural. A partir deste processo, as demandas das mulheres que vivem em áreas rurais, enquanto sujeitos políticos com direito à autonomia, são pautadas ao longo de suas trajetórias de luta, principalmente o combate à ideia de que o homem é o único representante oficial da família, o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras da terra, questões que envolvem documentação e propriedade da terra, bem como acesso a direitos políticos e econômicos, acesso à renda e inclusão nas políticas públicas (FARIA, 2014).

As lutas das mulheres camponesas também são por soberania alimentar, contra projetos agroindustriais, e em defesa da terra. O processo de expropriação da terra teve seus maiores momentos nos sistemas de colonização da América e África, com a apropriação de terras indígenas (FEDERICI, 2004)⁹. No entanto, esses sujeitos de luta permanecem particulares e

⁹ É necessário salientar que quando se fala de lutas pela terra, inclui-se as lutas das mulheres indígenas das terras que hoje são chamadas de América Latina, o que traz questões muito mais profundas do que aquelas que serão abordadas neste trabalho.

heterogêneos, constituindo-se a partir das lutas, e, em cada uma delas, ensaiando “*formatos asociativos e produzem novas formas de cooperação*”¹⁰ (GUTIERRÉZ, 2013, p. 13). Quando se reflete sobre o desenvolvimento da relação histórica das mulheres com a terra e suas implicações na produção de alimentos, alguns aspectos são recorrentes, como a naturalização do papel da mulher como responsável reprodutiva pelo cuidado, introduzindo o conceito de divisão sexual do trabalho, aspecto fundamental para se entender as lutas das trabalhadoras rurais na América Latina.

As mudanças com a chegada do capitalismo na posição social das mulheres foram impostas com a finalidade de estabelecer novas formas de disciplinamentos e uma divisão interna da força de trabalho. Com os cercamentos e a perda de terras comunais, houve uma submersão dos empregados, transformando-os em dependentes do trabalho assalariado, e estabelecendo o capitalismo agrário, que, por sua vez, foi responsável por empobrecer cada vez mais a população. Os campos comunais, especialmente para as mulheres, tinham uma função social, pois eram onde desenvolviam redes de relações femininas. Assim, a instalação do sistema agroindustrial também afetou intensamente a posição social das mulheres camponesas, que foram “*expulsas de regiões que produzem determinados produtos, como é o caso da soja e eucalipto, ou incorporadas como mão de obra intensiva em outros, como na produção de frutas, flores e legumes*” (FARIA, 2014, p.01). Dessa forma, as mulheres passaram a ter maiores dificuldades do que os homens para se manterem (FEDERICI, 2004).

Nesse período houve também um processo de divisão sexual do trabalho, que estabeleceu a separação entre produção e reprodução. A partir deste momento, a reprodução deixava de ser reconhecida como trabalho, pois não tinha mais valor do ponto de vista do mercado, e passava a pertencer unicamente à esfera doméstica. Assim, a consequente submissão das mulheres ao trabalho reprodutivo aumentou sua dependência em relação aos homens. Isso permitiu que o Estado e os trabalhadores utilizassem o salário masculino como instrumento para governar o trabalho das mulheres (FEDERICI, 2004). Nesse sentido, a denúncia das lutas feministas às relações de poder desiguais tangenciam as lutas das mulheres trabalhadoras rurais:

Em suas trajetórias esses movimentos recuperam o significado das práticas de produção alimentar, da agricultura, dos conhecimentos, da cultura alimentar desenvolvidos pelos povos, e resgatam o papel das camponesas como produtoras de alimentos (FARIA, 2014, p.02).

¹⁰ Tradução livre. No original: “*ensayan formatos asociativos y producen nuevas formas de cooperación*” (GUTIERRÉZ, 2013, p. 13).

A participação das mulheres no trabalho agrícola está intrinsecamente relacionada à organização da divisão sexual do trabalho e à estrutura patriarcal que mantém as relações familiares. Em razão disto, o trabalho das mulheres é visto apenas como uma ajuda e, na produção de alimentos, elas são historicamente invisibilizadas, não sendo reconhecidas como trabalhadoras rurais (FARIA, 2014). Nesse sentido, a luta se organiza pela conquista do reconhecimento das mulheres que vivem no campo como trabalhadoras rurais.

O papel da família torna-se ainda mais visível na realidade de muitas mulheres rurais, porque esta ignora a existência de conflitos, heterogeneidades e relações de poder, dando luz à desigualdade entre homens e mulheres. Como a estrutura se estabelece, os sujeitos masculinos reproduzem a ideia de que a produtividade e questões administrativas são parte do trabalho masculino e, portanto, a mulher trabalhadora é excluída e colocada na esfera doméstica, o que limita seu poder de decisão, participação nos processos de comercialização da produção de alimentos, etc. (FARIA, 2014). A retirada do controle das mulheres sobre a sua própria procriação produz um novo contrato sexual (PATEMAN, 1988), com a ideia de mulheres como novos bens comuns, que são definidas enquanto mães, esposas, filhas, viúvas, mas não enquanto trabalhadores iguais aos homens. Isto as deixa sujeitas a uma dupla dependência: de seus maridos e de seus empregadores (FEDERICI, 2004).

Nas lutas campesinas, as mulheres se reivindicam enquanto sujeitos de luta e passam a buscar espaços em que suas reivindicações sejam ouvidas, e, principalmente, passam a construir os seus próprios espaços para diálogo, troca de experiências e construção de pautas coletivas (FARIA, 2009). A mobilização e organização dessas mulheres na América Latina ascende ao longo dos anos oitenta, quando começam a se estabelecer as redes locais e regionais de mulheres rurais, pautando principalmente o seu reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, o acesso a terra e a reforma agrária (CARDOSO PIMENTA, 2013). A partir disto, questionam o espaço e a dominação masculina, a desigualdade nos espaços de luta de trabalhadores rurais e a participação política sindical, denunciam que a participação feminina nesses espaços, quando existe, dificilmente é encontrada em posições de liderança, e assim, estabelecem suas lutas para questionar a hierarquia de poder nessas relações.

No Brasil, por sua vez, as lutas campesinas surgem nos anos 60, tendo um novo impulso nos anos 80 com o processo de abertura democrática. As mulheres sempre fizeram parte dessas lutas, mas o seu reconhecimento nelas é muito mais recente. Até 1985, as trabalhadoras rurais não tinham seu trabalho reconhecido e, portanto, não tinham acesso aos direitos previdenciários que os trabalhadores do sexo masculino tinham, nem podiam ser parte dos sindicatos de trabalhadores rurais. As mulheres desenvolviam atividades essenciais para a

manutenção da agricultura familiar, trabalhavam nos campos tanto quanto seus maridos, mas seu trabalho era visto como uma tarefa doméstica (CORDEIRO, 2006). As primeiras mulheres entraram em sindicatos através de seus maridos ou parentes e lutaram para ter reconhecido seu trabalho e seu direito de sindicalização e de aposentadoria - somente em 1985, a questão das mulheres seria tratada em um fórum nacional dos trabalhadores rurais, como resultado das primeiras reuniões oficiais do movimento autônomo de mulheres trabalhadoras rurais (DEERE, 2004).

Ao longo dos anos 80, conforme crescia a participação das mulheres nos sindicatos, afloraram os movimentos autônomos de mulheres trabalhadoras rurais (MMTR) formados em sua maioria por mulheres sindicalizadas que sentiam que suas reivindicações específicas de gênero eram invisibilizadas ou tratadas como menos importantes nos sindicatos. Assim, a trajetória de luta das mulheres rurais no Brasil é marcada desde o início pela busca de seu reconhecimento, de seu trabalho e de sua luta. Nesse sentido, desde o início, a luta das mulheres camponesas se amplifica com uma intensa presença de espaços entre mulheres. Isso ocorre por elas considerarem necessário criar espaços onde pudessem falar de suas experiências e vivências femininas, e tratar de questões específicas das mulheres que eram invisíveis ou vistas como menos importantes em espaços mistos. Além disso, os espaços entre mulheres surgem para que as camponesas possam se reafirmar enquanto sujeitos da própria luta camponesa.

2. Heterogeneidade de pertencimentos e a Rede LAC

Para o entendimento das lutas locais de Mulheres Trabalhadoras Rurais, deve-se incluir em seus horizontes interiores as expressões de lutas feministas na América Latina. As lutas feministas, organizadas em torno dos Encontros Feministas Latino americanos, produzem alcances práticos - como o I Encontro Latinoamericano e do Caribe de Mulheres Rurais (ENLAC), que começa a ser pensado no III Encontro Feminista Latinoamericano, planejado a partir do reconhecimento de elementos comuns entre diversas lutas particulares. A partir disso, é criada a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC), que, por sua vez, também permite que essas lutas tenham novos alcances práticos. A busca por criar uma rede entre lutas interdependentes e baseada na compreensão do outro - e de si mesma - como sujeitos políticos, permite pensar sobre a Rede LAC e sobre os encontros de mulheres rurais como importantes espaços entre mulheres na construção destes sujeitos de luta. A valorização das relações entre mulheres nestes espaços surge desafiando o sistema que

se estabelece na relação tríade entre o patriarcado, o capitalismo e a colonialidade (GUTIÉRREZ, SOSA e REYES, 2017).

Na construção de espaços de debate dentro do ENLAC, as mulheres, a princípio, expõem seus problemas individuais, depois encontram soluções e estabelecem reivindicações à nível coletivo. As histórias presentes no livro “Uma história muito linda: perpetuando a Rede LAC” (ALMEIDA e PRIETO, 2007), apresentam relatos mais fiéis sobre a percepção das mulheres rurais latino americanas e caribenhas sobre a construção da Rede LAC. O início deste processo ocorreu no 5º Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, realizado em 1990 na Argentina, no qual foi realizado um workshop para mulheres rurais, sobre suas experiências e organização de suas lutas. Ao final da oficina nomeada “Nossas vidas, nossas organizações”, as mulheres rurais haviam chegado a um posicionamento conjunto, construindo um documento em que denunciavam a tímida participação de mulheres rurais no encontro feminista, e se comprometiam a realizar o I Encontro Latino-americano e do Caribe de Mulheres Rurais. Como resultado deste, as mulheres começaram a articular suas experiências de luta, trocar correspondência e planejar o primeiro encontro. Uma das participantes da oficina, Vanete, declara:

Eu já vinha de dois encontros feministas achando que as mulheres rurais iam aparecer mas não estavam. A gente tinha de construir isso: garantir que as mulheres rurais falassem, se reunissem, tivessem cara. E aí começamos. (ALMEIDA e PRIETO, 2007, p. 24)

A partir disto, ocorreu uma reunião para planejar o primeiro encontro, em que estiveram presentes mulheres da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Honduras, México, Nicarágua, Peru e Uruguai. A criação e organização do primeiro Encontro envolveu muitos processos e trabalhos de base locais, que desenvolveram ideias e prepararam debates - uma evidência de que as lógicas dos espaços locais, nacionais e transnacionais se retroalimentam durante toda a construção da Rede e dos encontros. É importante perceber que existiu também uma preocupação em representar não apenas a heterogeneidade dos países latino-americanos, mas também a heterogeneidade interna de cada um desses países. Essa preocupação impulsionou as lutas em países que ainda não possuíam redes de mulheres rurais, que começaram a estabelecerem-se e mobilizarem-se politicamente. Essa afirmação é constatada no estabelecimento da Rede de Grupos de Mulheres Rurais do Uruguai, em 1991. Sobre isto Kika Casas relata:

No próprio encontro, as mulheres uruguaias que vínhamos de outras organizações dissemos: ‘Precisamos fazer uma rede de grupos de mulheres rurais do Uruguai, porque é o único jeito de poder chegar bem e democraticamente organizadas.’

Porque, às vezes, eu posso dizer que somos as mulheres rurais do Uruguai e não sermos (ALMEIDA e PRIETO, 2007, p. 10).

O primeiro encontro ocorreu em setembro de 1996, na cidade de Fortaleza, Brasil, onde, representando 21 países da América Latina e do Caribe, compareceram 230 líderes e cerca de uma centena organizações, incluindo muitas organizações feministas. O lema do primeiro encontro foi “Juntas lutemos e nos transformemos para cultivar a dignidade de nossas vidas”. Realizaram-se debates sobre identidade, poder, autonomia, e se buscou compartilhar experiências e entender sobre as diferentes vivências dessas mulheres, compreender os desafios e reivindicações a serem feitas. Os temas abordados abarcavam tanto a realidade local, quanto questões de política agrária, ou sobre a realidade econômica mundial, com discussões sobre a Plataforma de Beijing, por exemplo. Foi neste espaço que surgiu a Rede LAC, com a proposta de articular os grupos de mulheres rurais do continente e seus movimentos, atuando como apoio às denúncias de violências e articulação para defesa de seus direitos. Sobre a Rede, Margarita Pinheiro diz:

Para nós, uma rede é um lugar onde a gente embala nossos filhos, a gente descansa. Uma rede de tecido. E a Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe é uma rede enorme. Uma grande rede que tem que abrigar essas mulheres, no sentido de discutir a sua cultura, sua pluralidade feminina, suas dificuldades, mas também seus sonhos e suas alegrias (ALMEIDA e PRIETO, 2007, p. 10).

Estabeleceu-se como objetivo da rede, além do intercâmbio de experiências e do reconhecimento de seu espaço enquanto trabalhadoras rurais, o fortalecimento do encontro das organizações e ocupação de espaços, com o propósito de permitir que as mulheres rurais falem por si mesmas e que se construam enquanto sujeitos políticos. Assim, pretendeu-se construir relações sociais entre as mulheres, superando os imaginários colonialista, patriarcal e capitalista, baseados em experiências pessoais e coletivas, que, por sua vez, se estabelecem em grupos heterogêneos de lutas cotidianas. Dessa forma, também, o espaço entre mulheres busca desconstruir o “ser para os outros”, desnaturalizando a condição feminina que nos é apresentada (GUTIÉRREZ, SOSA e REYES, 2017). Ao superar essa condição em que as mulheres são separadas a partir da mediação patriarcal, as relações entre as mulheres se tornam uma fonte de força fundamental para a construção da luta como sujeito. A valorização das relações entre mulheres impacta o conhecimento, autoconhecimento e autovalorização, *“uma revitalização da potência política de tais relações em meio a trança da dominação-*

exploração-expropriação”¹¹(GUTIÉRREZ, SOSA e REYES, 2017, p. 8), promovendo o desenvolvimento da interdependência.

Ainda sobre os relatos do primeiro encontro, destaca-se a centralidade das mulheres rurais na promoção de debates. A esse respeito, a operária Luz Haro, do Equador afirma:

Encontrei minha identidade, reconheci aquilo que no meu país tinham me negado, porque muitas vezes me disseram que como campesina eu não tenho identidade; que as negras, sim; que as indígenas, sim, e que as campesinas, não. Mas aqui, nos grupos de discussão, entendi que era uma campesina (ALMEIDA e PRIETO, 2007, p. 39).

A partir disso, percebe-se que a construção das trabalhadoras rurais como sujeitos de luta precisa abarcar outros pertencimentos. A identidade foi um foco muito discutido neste âmbito, e acompanhou os debates sobre questões de representatividade, heterogeneidade e diversidade. Já neste primeiro encontro, a América Latina foi reconhecida como um espaço diverso, e, portanto, não passível de generalizações. Beatriz Nocetti percebe que a *“América Latina é muito mais complexa do que a conhecíamos”* (ALMEIDA e PRIETO, 2007, p.41). Foi a partir disto que elas buscaram construir um reconhecimento mútuo, permeado pelo diálogo, exposição e escuta das histórias singulares de cada uma, a fim de estabelecer um reconhecimento de si mesmas e das outras mulheres como trabalhadoras. A trabalhadora Vanete compreende isto, quando coloca que *“Nós falávamos que éramos diferentes, mas éramos irmãs. Éramos todas rurais, éramos todas mulheres que lutávamos por uma vida melhor. Caracterizávamos bem as coisas que nos uniam”*(ALMEIDA e PRIETO, 2007, p. 41). Na resolução final do encontro, foi estabelecida a consolidação nacional das lutas das mulheres rurais e a ampliação da coordenação internacional da rede, bem como a realização do próximo encontro, dando continuidade à busca incessante por *“criar um espaço de coordenação a nível continental”*(ALMEIDA e PRIETO, 2007, p.45).

A partir desse primeiro encontro, as lutas das mulheres trabalhadoras rurais passaram a ter mais noticiamento em suas localidades. Suas lutas se estabeleceram em torno de pautas como a titulação de terras, participação em sindicatos de trabalhadores rurais, documentação de mulheres rurais e direito à aposentadoria. Ao mesmo tempo, pretendia-se manter a memória do espaço coletivo através da documentação das discussões realizadas nos encontros, embora houvessem ainda muitos obstáculos. As organizadoras destas mobilizações relataram diversas dificuldades de comunicação - *“essa é a intenção da Rede: socializar a informação, mas até as informações chegarem à Rede é muito difícil”*(ALMEIDA e PRIETO,

¹¹ Tradução livre. No original: *“una revitalización de la potencia política de tales relaciones en medio de la trenza de la dominación-explotación-expropiación”* (GUTIÉRREZ, SOSA e REYES, 2017, p. 8).

2007, p. 55) - porque encontravam dificuldades em reunir os recursos financeiros e materiais para comunicarem-se entre si, e as reuniões presenciais eram muito difíceis de serem realizadas com frequência. Ainda assim, a Rede LAC esteve muito ativa em vários eventos nacionais e internacionais, como a Marcha de Margaridas, em 2003, em Brasília, na qual colocou-se como parte das organizadoras, e enviou participantes brasileiras, representantes da rede da Argentina, do México, e do Uruguai.

Apesar das dificuldades encontradas para a organização, o segundo encontro da Rede ocorreu em setembro de 2005, em Tlaxcala, México, reunindo 18 países através da representação de 260 participantes. Tanto em períodos anteriores quanto posteriores à reunião, vários processos de mobilização local e nacional ocorreram nos países participantes, no esforço de estabelecer agendas, diálogos e temas a serem discutidos no encontro. Uma vez que a unidade da rede se estabeleceu na diversidade, o segundo encontro teve a característica de buscar a construção de uma agenda comum para as mulheres rurais da América Latina:

A trabalhadora se impõe e entram os temas do interesse delas: violência, terra, água, migração. Elas dizem o que é que estão vivendo. E essa costura já se dá como América Latina. O Brasil se coloca como Brasil, o Equador como Equador. Mas a conclusão do grupo em relação ao tema é como América Latina. É um grande avanço: essa idéia de que somos mais do que um país e que o tema que eu estou discutindo, que toca você de uma forma e a mim de outra, nos une (ALMEIDA e PRIETO, 2007, p.66).

No entanto, o estabelecimento de uma agenda comum em face da heterogeneidade das lutas continua hoje em progresso. O documento final do segundo encontro abordou temas como saúde, educação, aposentadoria, moradia, salário maternidade e meio ambiente, tendo a água como um dos temas considerados como estratégicos para essas mulheres. Estas foram dificuldades pautadas ao longo dos debates e reconhecidas como as principais reivindicações das mulheres rurais latino-americanas e caribenhas. Mesmo diante de muitas dificuldades, outros dois encontros foram realizados até agora: em março de 2012, o III ENLAC foi realizado na cidade de Santo Domingo de los Tsáchilas, no Equador, e o IV ENLAC, que ocorreu na província de Chiriquí, Panamá, em outubro de 2017. No terceiro encontro foi pautada uma agenda com reivindicações que abarcavam a produção de dados estatísticos oficiais sobre a situação das mulheres rurais, acesso a educação e tecnologia, acesso ao crédito, prioridade da agricultura familiar e a participação ativa das mulheres nos espaços de tomada de decisões. O IV ENLAC representou mais uma a busca em articular a rede latino-americana, promovendo a discussão em torno de temas e desafios comuns a essas mulheres, estabelecendo intercâmbios, relatos e exposição de experiências para construir uma agenda comum atualizada, servindo como ferramenta para a atuação das lutas locais.

3. Marcha das Margaridas como espaço entre mulheres

A Constituição de 1988 consolida importantes avanços para as mulheres rurais, como a titulação conjunta dos casais, seu reconhecimento como trabalhadoras rurais, igualdade de direitos entre mulheres e homens - rurais e urbanas - em relação à legislação trabalhista e previdenciária, incluindo trabalhadoras permanentes e temporárias (uma vez que a grande maioria das trabalhadoras rurais é composta por trabalhadoras familiares, não remuneradas ou temporárias) (DEERE, 2004). Mas estes avanços necessitavam de políticas públicas e outras reformas públicas para sua implementação (como uma reforma interna no INCRA); passaram-se 12 anos até que essas mudanças fossem devidamente defendidas nacionalmente, quando em 2000, as trabalhadoras organizaram a Marcha das Margaridas (MM). A mesma invisibilidade nos espaços mistos que é evidenciada pelos espaços entre mulheres, e que serve de motivação para o surgimento dos MMTR, será o impulso para a construção da Marcha das Margaridas. A Marcha é organizada pela Comissão de Mulheres da CONTAG em parceria com organizações regionais autônomas (MMTRs) e outros grupos, organizada pela primeira vez em 2000, reunindo, em Brasília, mais de 20 mil trabalhadores rurais de todas as regiões do país.

Furtado e Grabino (2018) afirmam que *“há uma continuidade entre o que é feito no espaço público e as formas de fazer política que são ensaiadas na privacidade dos espaços entre as mulheres”*¹² (p. 5). Nesse sentido, o ato de marchar, de estar na rua e ressignificar seu espaço merece atenção. As mulheres foram historicamente afastadas do espaço público, dos espaços políticos e das ruas, sendo domesticadas e enclausuradas no lar. Ao voltar a ocupar a rua, ressignificando-a como espaço de luta, ressignificam-se também os corpos femininos, que antes considerados enquanto parte exclusiva da vida privada, se colocam enquanto sujeitos da vida pública, de invisíveis se fazem visíveis - se colocam como protagonistas de uma luta na qual até o momento eram invisibilizadas - de receptoras de violências se transformam em *“corpo que luta, que já não se cala, que fala”*¹³ (FURTADO e GRABINO, 2018, p. 8). A partir disso, identificam-se alguns elementos da MM que são característicos de espaços entre mulheres, e que desempenham um papel na construção de sujeitos femininos de luta na luta campesina no Brasil. Compreende-se, assim, o papel da MM a partir de dois níveis: um simbólico - na medida em que permite uma identificação comum de experiências e

¹² Tradução livre. No original: *“hay una continuidad entre lo que se hace en el espacio público y las formas de hacer política que se ensayan en la intimidad de los espacios entre mujeres”* (Furtado e Grabino, 2018, p.5).

¹³ Tradução livre. No original: *“cuerpo que lucha, que ya no se calla, que habla”* (FURTADO e GRABINO, 2018).

condições -, e um material - como espaço de encontro, criação de vínculo e construção de horizontes conjuntos.

Um primeiro elemento importante é a autodenominação da Marcha em homenagem à líder sindicalista Margarida Alves, e em denúncia à impunidade de seu assassinato por mais de 20 anos¹⁴. Através dessa homenagem acontece uma recuperação da linhagem, as mulheres camponesas e trabalhadoras rurais¹⁵ recordam aquela que veio antes, que lutou pelos mesmos motivos e que se transformou em um símbolo de “*resistência e de luta contra as injustiças no campo*” (SILVA, 2008, p.70). A escolha deste nome para a Marcha é tanto uma forma de homenagear quanto de reivindicar justiça por seu assassinato. Nesse sentido, a escolha de Margarida - e não de outras líderes da luta - é importante porque seu assassinato foi mais do que uma mensagem e uma ameaça para os camponeses em luta por seus direitos, foi, principalmente, uma mensagem para as mulheres, uma maneira de calar aquela que se colocou em um espaço político. Para Rita Segato (2013), a violência contra a mulher contém uma “pedagogia da crueldade”, contém uma mensagem “pedagógica” que visa incentivar o medo nas mulheres de estar em lugares públicos, ocuparem espaços políticos, desafiar a ordem existente, e, dessa maneira, prevenir a eventual subversão. O assassinato de Margarida foi uma tentativa de silenciar as mulheres camponesas, mas da luta que Margarida plantou, milhares de Margaridas floresceram em todo o país.

Em outro sentido, a MM, a partir dessa autodenominação de Margaridas, permite uma identificação comum de experiências. Elas estão organizadas para enfrentar questões comuns às mulheres trabalhadoras rurais e camponesas, o elemento comum que as une é a terra, e sua relação com ela, enquanto mulheres (SILVA, 2008). Para Gutiérrez, Sosa e Reyes (2018), “*na prática da relação entre mulheres intercambiamos antes de mais nada palavras para nomear e organizar nossa própria experiência negada*”¹⁶(p. 8). Assim, a possibilidade de identificação de experiências específicas das mulheres do meio rural, a criação de uma identificação comum entre milhares de mulheres que se percebiam invisibilizadas (ou seja, não se percebiam) - em seu trabalho, em suas experiências - tem o poder de proporcionar a

¹⁴ Margarida Alves nasceu em Alagoa Grande (PB) em 1943, ingressou no sindicato rural de Alagoa Grande em 1973, do qual foi posteriormente presidente, além disso, também foi uma das fundadoras do CENTRU. Sua vida esteve marcada pela luta o latifúndio e em defesa dos direitos das populações camponesas. Suas ações contra os grandes terratenentes em defesa dos camponeses causou a fúria dos latifundiários, que a assassinaram em 1983, em sua própria casa, em frente de seu filho e marido (SILVA, 2008). “*Desde então, o nome Margarida Alves se transformou em referência de luta pelos movimentos sociais do campo e de mulheres*”(SILVA, 2008, p.71).

¹⁵ Enquanto a autodenominação de trabalhadora rural está relacionada ao movimento de reconhecimento do trabalho das mulheres no campo, a autodenominação como camponesa remete ao conjunto de símbolos que estão presentes na relação destas mulheres com a terra.

¹⁶ Tradução livre. No original: “*En la práctica de la relación entre mujeres intercambiamos antes que nada palabras para nombrar y organizar nuestra propia experiencia negada*” (GUTIÉRREZ, SOSA e REYES, 2018, p.8).

revalorização de si mesma enquanto mulher trabalhadora rural. A própria utilização do termo trabalhadora rural é recente no Brasil e está associada à mobilização política das mesmas (CORDEIRO, 2006). Para Cordeiro (2006), a ênfase para a autodenominação e auto reconhecimento das trabalhadoras rurais enquanto tais deve estar nos espaços de interação e discursivos nos quais elas estão. De uma maneira ampla, essa percepção enquanto trabalhadora rural está associada à percepção de seu direito de ter direitos, bem como de uma valorização de suas atividades e de sua posição.

Ao mesmo tempo em que existe uma unidade na identificação comum enquanto mulheres trabalhadoras rurais, há uma imensa pluralidade e heterogeneidade dentro da luta. Existe uma série de categorias identitárias que distinguem todas essas mulheres entre si - agricultoras familiar, canavieiras, extrativistas, quilombolas, pescadoras, ribeirinhas, quebradoras de coco, negras, brancas, indígenas, jovens e idosas, que vivem nos campos, nos rios e nos bosques. Em sua maioria, os vínculos identitários se constroem a partir da relação dessas mulheres com a terra, às quais se agregam as dimensões de raça, etnia e idade (SILVA, 2008). Dessa forma, existem dois elementos históricos base para a identificação comum das margaridas, o elemento mulher e o elemento campesina - que evidencia a relação das mulheres com a terra e com a produção de alimentos, em oposição ao latifúndio e à produção pela lógica do mercado (FARIA, 2014) - mas que não significam a negação da identificação com as outras categorias anteriormente mencionadas.

A estética e linguagem da MM também são elementos que a caracterizam como um espaço entre mulheres. Para Gutiérrez, Sosa e Reyes (2018) há uma importância especial na linguagem que se desenvolvem nos espaços entre mulheres, porque é através dela que nomeamos nossas experiências, é a maneira de mediação entre nós e o mundo. Na MM a estética também é uma característica marcante, *“composta por um conjunto de elementos onde se misturam cores e símbolos à identidade visual que se mistura aos sons e aos símbolos representativos do meio rural”* (SILVA, 2008, p.101). Através de acessórios, cartazes e cores as mulheres expressam seu universo, suas narrativas e suas experiências. As músicas também estão sempre presentes, animam o início e o encerramento dos eventos, e são cantadas durante todo o trajeto da marcha (MOTA, 2006). As fotografias e imagens também se mostram em folders, camisetas e cartazes, fazendo referências a pessoas (como, por exemplo, Margarida Alves) ou a memórias. Silva (2008) enumera os principais símbolos da MM como sendo as cores verde (cor oficial da CONTAG) e roxo (representando o movimento feminista), as flores margaridas, a relação com a terra e com a produção de alimentos. Neste processo, as

participantes da MM criam uma linguagem própria para nomear suas vivências e reivindicar seus direitos.

Além disso, embora a marcha nas ruas ocorra em um momento específico, com duração de poucas horas, as mulheres que se deslocam de todo o país para participarem dela permanecem em um evento que em 2007 durou até dois dias - sem contar todo o período de preparação e deslocamento até Brasília. Neste espaço de “marcha estendida”, as mulheres desenvolvem espaços de debate sobre a temática de suas lutas, como democratização dos recursos naturais, agroecologia, enfrentamento e combate à violência sexista, aposentadoria, salário mínimo, valorização do trabalho, etc. As mulheres têm nestes espaços uma oportunidade de construir eixos comuns e horizontes de luta. Também, as participantes comem juntas, compartilham dias de atividade e criam vínculos nestes, resultando não apenas em uma identificação mútua ou solidariedade, mas na existência de laços mais duradouros e alcances práticos advindos da MM (como, por exemplo, a troca de conhecimentos e tecnologias que se dá na feira de economia solidária com produtos de diferentes regiões do país).

Considerações finais

A fim de articular as lutas das mulheres rurais no continente americano, percebe-se na Rede LAC o esforço no estabelecimento de pontes de diálogo entre diferentes experiências de lutas das mulheres rurais na América Latina, permitindo a ampliação dos horizontes interiores destas lutas. O alcance prático, por sua vez, é mais difícil de se perceber, mas uma de suas manifestações é a participação e apoio da Rede LAC na organização de eventos e manifestações locais, como a MM. As próprias lutas das mulheres rurais se dão a partir de sujeitos de luta que possuem múltiplos pertencimentos, mas que têm experiências semelhantes ao ponto de estabelecerem determinados horizontes interiores comuns. A luta pela conquista do reconhecimento como trabalhadoras rurais, a luta pela terra e pela soberania alimentar, a busca por autonomia e participação equitativa nos sindicatos de trabalhadores rurais, o estabelecimento de direitos econômicos, sociais e políticos para as mulheres rurais, e a denúncia da violência são alguns dos elementos comuns que se apresentam nas lutas coletivas das trabalhadoras rurais na América Latina. Neste contexto, percebemos o ENLAC como uma maneira de ressignificar as relações entre mulheres, uma vez que valoriza as práticas, a heterogeneidade das lutas e a relação de interdependência entre elas, surgindo de uma união de mulheres trabalhadoras rurais a partir de suas diversidades, reconhecendo suas múltiplas

subjetividades e experiências. Com isso, foi feito um esforço constante em estabelecer agendas comuns atualizadas a cada encontro. No entanto percebe-se que a Rede Lac, em seus princípios, possuía muitas dificuldades de comunicação e encontrava alguns limites no âmbito prático, mas as mulheres que a construíram estavam comprometidas com muita energia na realização de suas atividades.

Os alcances práticos da MM são expressos principalmente através das cartas elaboradas a cada edição e das políticas consequentes delas. As cartas ao Estado e às organizações de trabalhadores rurais surgiram já na primeira edição da MM, inserindo-a como parte das ações mundiais da Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Nas Cartas, as Margaridas denunciam o avance do modelo neoliberal no país e os TLCs¹⁷ - ressaltando o impacto desta agenda na vida das mulheres do campo -, denunciam também as precariedades na vida no campo, cujas principais questões giram em torno do acesso à terra - com enfoque na questão da titulação conjunta e crédito para mulheres chefes de família -, o reconhecimento do trabalho das mulheres rurais e seu acesso aos direitos de previdência social, soberania e autodeterminação. Além destes, questões como acesso à saúde, à educação e combate à violência foram pontos importantes em todas as edições, com recortes de raça, etnia e idade.

Os horizontes interiores percebidos neste trabalho são, é preciso ressaltar, bastante limitados e incompletos, visto que esta é uma pesquisa feita a partir de fora do movimento e, portanto, as percepções das autoras serão sempre parciais e incompletas. No entanto, os lemas adotados em cada edição demonstram algumas destas motivações e anseios, refletindo suas preocupações com a fome, a pobreza e a violência no campo, as negligências para com os direitos básicos das populações camponesas, como acesso à água, saúde e educação, com a soberania dos povos e a democracia, o desenvolvimento sustentável e o cuidado com a terra, e até mesmo questões como justiça, igualdade e liberdade dos povos. Estes temas demonstraram, ao longo de cada edição as preocupações e lutas das margaridas a partir de suas vidas enquanto mulheres no campo, pautando além da Reforma Agrária, a soberania alimentar e a soberania dos povos, e a necessidade de construir uma nova relação com a terra - em oposição à mercantilização e exploração desta e à monocultura - baseada na agroecologia. Assim como pautas compartilhadas com os movimentos feministas e preocupações advindas das mudanças políticas do país, ressaltando a importância que a MM têm na construção e empoderamento desses sujeitos políticos - em suas lutas singulares, e na interseccionalidade entre elas. Dessa forma, as lutas das mulheres rurais latino-americanas promovem práticas de empoderamento e luta política, questionando a invisibilidade do

¹⁷ Tratados de Livre Comércio.

trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres e estabelecendo novos diálogos na busca da construção do conhecimento fora do âmbito da colonialidade de poder.

Referências bibliográficas

- Almeida, Vanete; Prieto, Immaculada Lopez (coord). (2007). *Uma história muito linda: Perpetuando a Rede LAC = Una historia muy linda: Perpetuando la Red LAC / Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe*. Rede LAC: Recife.
- Cardoso Pimenta, Sara Deolinda. (2013). *Participação, Poder e Democracia: Mulheres Trabalhadoras no Sindicalismo Rural*. In Moreira Silva, Eduardo; Barros Soares, Leonardo. (orgs). *Políticas Públicas e Formas Societárias de Participação*. FAFICH/UFMG: Belo Horizonte.
- Marcha das Margaridas. (2003). *Texto base para a Marcha das Margaridas*.
- Marcha das Margaridas. (2007). *Carta da Marcha das Margaridas*.
- Marcha das Margaridas. (2011). *Carta da Marcha das Margaridas*.
- Cordeiro, Rosineide de Lourdes Meira. (2004). *Além das secas e das chuvas: o uso da nomeação mulher trabalhadora rural no sertão de Pernambuco*. In Prêmio Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (nead): Brasília.
- Deere, Carmen Diana. (2004). *Os Direitos da Mulher à Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária brasileira*. Revista Estudos Feministas: Florianópolis.
- Deere, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. (1998). *Mujeres, derechos a la tierra y contrarreformas en América Latina*. Debate Agrario, n. 27 (129-154): Lima.
- Faria, Nalu. (2014). *As mulheres e a produção de alimentos: Uma perspectiva feminista para o debate*. SOF: Brasília.
- Faria, Nalu. (2009). *Economia Feminista e agenda das mulheres no meio rural*. In Butto, A (Org). *Estatísticas Rurais e a Economia Feminista*: Brasília.
- Federici, Silvia. (2004). *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación originaria*. Traficantes de Sueños: Madrid
- Federici, Silvia. (2013). *El feminismo y las políticas de lo común en una era de acumulación primitiva*. In *Revolución en punto cero. Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas*. Traficantes de Sueños: Madrid.
- Furtado, Victoria; y Grabino, Valeria. (2018). *Alertas feministas: lenguajes y estéticas de un feminismo desde el sur*. (Artículo inédito). Universidad de la República: Montevideo.

- Gutiérrez, Raquel. (2013). *¿Es fértil todavía la noción de “movimiento social” para comprender la lucha social en América Latina?* Cátedra Jorge Alonso: Guadalajara.
- Gutiérrez, Raquel; Sosa, Maria Noel; y Reyes, Itandehui. (2018). *El entre mujeres como negación de las formas de interdependencia impuestas por el patriarcado capitalista y colonial. Reflexiones en torno a la violencia y la mediación patriarcal*. Revista Heterotopías. Córdoba.
- Pateman, Carole. (1988). *The Sexual Contract*. Stanford University Press: Stanford
- Segato, Rita Laura. (2013). *La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez*. Tinta Limón: Buenos Aires.
- Segato, Rita Laura. (2002). *Identidades políticas y alteridades históricas: una crítica a las certezas del pluralismo global*. Nueva Sociedad 178 (104-125): Buenos Aires.
- Silva, Berenice Gomes da. (2008). *A MARCHA DAS MARGARIDAS: resistências e permanências*. In Prêmio Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e gênero. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (nead): Brasília.